

AINDA O MOVIMENTO OPERÁRIO COMO OBJETO HISTORIOGRÁFICO

Silvia Regina Ferraz Petersen

INTRODUÇÃO

Na historiografia recente observa-se um refluxo da temática do movimento operário que tinha como eixo as manifestações organizacionais e ideológicas e fortes referências estruturais.¹

A contribuição que pretendo trazer refere-se ao exame do campo de possibilidades que a temática tradicional pode oferecer à pesquisa a partir da reafirmação de sua atualidade, da identificação de vieses que a acompanharam, de ângulos que foram negligenciados, da inspiração que pode receber dos pressupostos teóricos de uma história social do trabalho e da aproximação com a antropologia cultural e com a sociologia dos modos de vida.

As questões que vou tratar eu as pensei a partir de numerosos fragmentos/indícios desta problemática que fui encontrando dispersos por várias leituras. Assim, minha exposição trará, às vezes, longas citações, e sua eventual originalidade decorre da análise que fiz destes materiais tendo em vista a minha proposta de trabalho.

Tais indícios parecem suficientes para reafirmar a convicção de que ainda se deve pensar no movimento operário como objeto historiográfico.

A historiografia tradicional do movimento operário, macroorientada, privilegia o estudo das *organizações formais da classe* – sindicatos, partidos –, instâncias de *dominação* – a burguesia e o Estado – e eixos de *resistência operária* – as greves –, e considera a classe como um efeito da estrutura produtiva.

A crítica a esta historiografia pode ser sintetizada nas palavras de Georges Haupt:

[Ela] transmite imagens desbotadas e oculta os verdadeiros problemas. Minimiza as dimensões do mundo operário e o aprisiona

Silvia Regina Ferraz Petersen é professora no Departamento de História da UFRGS.

em quadros fixos e estáticos. É que seu enfoque não tem como objeto a classe operária, mas suas representações organizacionais e ideológicas, particularmente as instâncias dirigentes do partido. (Haupt, 1985, p. 210).

Por outro lado, e de um modo geral, as novas propostas analíticas envolvem os seguintes aspectos, apontados por Emília Viotti da Costa (1990, p. 4):

[...] apelo a uma história que, em vez de estudar as lideranças, se interesse pelas bases, em vez de estudar os sindicatos e os partidos políticos, se dedique ao estudo da cultura operária e em vez de focalizar a mão-de-obra organizada, volte sua atenção para a grande maioria dos trabalhadores que nunca chegaram a fazer parte de um sindicato.

Se a recente produção historiográfica vem oferecendo perspectivas originais e de grande rendimento analítico para a história dos trabalhadores, isto não significa que não se deva retomar os antigos temas com a consciência dos vieses e omissões que os acompanhavam e à luz de novas questões que lhes são colocadas pelas reflexões teóricas mais recentes.

Os itens seguintes da exposição pretendem trazer alguns argumentos neste sentido.

REAFIRMAÇÃO DA ATUALIDADE DA TEMÁTICA

Quero abordar de dois ângulos isto que chamei “a atualidade da temática”: primeiro, a partir do significado que ainda possa ter o movimento operário nas sociedades complexas deste fim de século; segundo, a partir de uma perspectiva epistemológica de análise deste objeto.

A perspectiva histórica

Qual é o significado de estudar, no final do milênio, onde são tão numerosas e profundas as transformações ocorridas na dinâmica da sociedade, algo aparentemente tão velho como o movimento operário e, neste velho tema, aspectos já tão trilhados como suas organizações e resistências institucionalizadas e formais?

Carlos Fico observa que talvez a questão pudesse ser colocada em termos de se pensar se os conflitos entre o capital e o trabalho de alguma forma persistem como o local básico de percepção da dinâmica social ou se como pensam outros autores (como Habermas ou Claus Offe),

[...] haveria esferas nas sociedades complexas que não seriam plenamente determinadas pelo fenômeno do trabalho e da produção [...], outros lugares que não a fábrica como centros das relações de dominação e palco dos conflitos sociais.

.....
Todos estes problemas estão profundamente relacionados com as alterações por que passam as sociedades chamadas complexas (Europa Ocidental e Estados Unidos principalmente). Em geral são mencionados [...] o crescimento do emprego no setor de serviços terciários e no de auto-emprego e a redução relativa da força trabalhadora tipicamente industrial ou fabril.

Paralelamente a isso, costumam ser destacadas também, [...] as inovações tecnológicas que caracterizariam a fase pós industrial do capitalismo (como a robótica, a cibernética e a informática), isto quando não se cogita com um rompimento com a própria modernidade, [...] na direção do que seria uma "condição pós-moderna". A positivação da fase chamada "pós-industrial" parece ser uma postura ingênua porque, afinal, se os mecanismos de exploração ficaram menos evidentes, eles não acabaram. Não se pode supor que uma simples estetização da vida funcione como maquiagem para as relações de subordinação e dependência que, obviamente, ainda persistem. O setor tipicamente fabril nas chamadas sociedades complexas parece declinar em termos relativos, mas isto não ocorre com o sistema industrial. Isto é, a redução do número de trabalhadores caracteristicamente fabris não implica uma debilidade do sistema, pois é de sua lógica um contínuo aumento da produtividade. (Fico, 1991, p. 32-34).

A perspectiva epistemológica de análise do objeto:

Estou me referindo àquelas considerações ligadas à definição do próprio objeto de estudo que a meu ver ainda permanecem atuais.

A primeira delas é que, embora nos últimos anos tenha havido um renovado trabalho de reflexão sobre este objeto, é impossível pensar no movimento operário divorciado de suas instituições e associações.

Não se pode perder de vista que a história operária é a história da formação de uma classe, história, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartados pela historiografia.

Também a luta por direitos que caracterizou o movimento operário não pode ser entendida sem a perspectiva da sua institucionalização. Tal é o caso, por exemplo, da luta pelo sufrágio universal que não pode ser dissociada da constituição de um partido operário e da participação na política institucional.

Neste sentido, Ignatieff (p. 187) acrescenta que as instituições não precisam ser pensadas no limite estreito de uma “entidade administrativa”, mas como um sistema social de dominação e resistência. Estas entidades “somente se tornam objetos históricos significantes quando nos mostram, no rigor de seus rituais de poder, os limites que governam o exercício do poder na sociedade como um todo”.

Um segundo ângulo que me parece importante disto que estou chamando “perspectiva epistemológica” é que os enfoques que privilegiam “estrutura” ou “experiência” (para dar designações abrangentes, embora não muito precisas) não são incompatíveis ou excludentes, sendo necessariamente complementares. Como observa Emilia Viotti da Costa, não se deve perder de vista que os trabalhadores são os autores de sua própria história, mas não em condições de sua própria escolha. Além disso, as ações dos trabalhadores não podem ser entendidas sem incorporar à análise, por exemplo, os conflitos no interior da própria classe dominante e o papel do capitalismo internacional que limita o campo de possibilidades abertas aos atores sociais.

Sem esta visão mais ampla, a nova história do trabalho, em vez de representar um salto para frente, pode facilmente transformar-se numa história com conotações profundamente conservadoras (1990, p. 4 e 11).

IDENTIFICAÇÃO DE VIESES QUE ACOMPANHARAM A HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL DO MOVIMENTO OPERÁRIO

A partir destas observações e com vistas ao exame do campo de possibilidades que a temática clássica do movimento operário continua oferecendo, quero iniciar com a *identificação de alguns vieses que acompanharam a historiografia tradicional* e que exemplificarei com dois casos:

É o próprio Haupt (1985, p. 220) que observa:

É preciso lembrar [...] qual foi a matriz da reflexão histórica sobre o movimento operário para compreender, por exemplo, as razões profundas de suas limitações, isto é, sua redução a uma história das idéias, das instituições, dos dirigentes, a uma narrativa conjuntural de sucessos e vitórias, a uma epopéia heróica retocada sem cessar pelas necessidades das disputas ideológicas.

A história operária é muito facilmente convertida em ciência da legitimação [...] Erigida em fonte de legitimidade e utilizada como instrumento de legitimação, a história operária fica como uma espécie de depósito de acessórios, de disfarces, onde cada facção, cada grupúsculo encontra sua referência justificadora, utilizável para as necessidades do momento.

A interpretação histórica fica particularmente limitada quando se toma a história de uma determinada tendência político-ideológica pela história de todo o movimento operário. Entre as várias distorções daí provenientes, lembraria apenas uma: a de que aquela história não é só a de suas conquistas, mas também de seus fracassos que, via de regra, não são reconhecidos.

A presença deste viés é hoje muito clara para historiadores de diferentes procedências (o que parece indicar que é um fenômeno intrínseco à própria constituição do movimento operário como objeto de investigação, onde quer que tenha sido estudado) e, para não repetir o que já foi exaustivamente analisado por Maria Célia Paoli (p. 129-149) desde 1983 para o caso brasileiro, cito a seguir as opiniões de Eric Hobsbawm, para a Grã-Bretanha, e de Ricardo Falcon, para a Argentina.

A longa citação abaixo, retirada de Hobsbawm (1987, p. 17-23), me pareceu excelente para entender a matriz da história operária e por isso decidi transcrevê-la:

[...] a história operária é por tradição um tema altamente politizado e durante muito tempo foi feita em grande parte fora das universidades. Todos os estudos sobre o trabalho eram obviamente políticos.

.....
A maior parte dos historiadores da classe operária, [...] originou-

se de dentro ou de áreas próximas dos movimentos operários [o próprio Thompson só se tornou professor universitário após a publicação de A formação da classe operária inglesa.

[...] É obvio que a grande maioria destes historiadores é, mesmo hoje, composta de membros ou simpatizantes do movimento operário, representando uma ou outra das tendências políticas ou ideológicas desse movimento.

.....
A história operária “de dentro do movimento” e, em grande medida, fora das universidades, tendeu a apresentar certas características: [...] revelou a tendência de indentificar “classes operárias” com “movimento operário”, ou mesmo com organizações, ideologias ou partidos específicos.

.....
Como ocorreu em outros campos de estudo essencialmente “patrióticos” [...] a história operária de dentro do movimento tendeu a ser tanto um pouco arqueológica quanto preocupada em atribuir aos movimentos operários a importância que ninguém mais parecia conceder a eles.

.....
A história clássica do movimento operário tendeu a produzir tanto um modelo como uma versão oficial da história, nacional ou internacional, que variou desde uma ortodoxia informal, mas não muito flexível, até uma ortodoxia formal e altamente inflexível.

.....
A historiografia tradicional dos movimentos operários era técnica e metodologicamente bastante ortodoxa. Ela produziu uma grande quantidade de narrativas tradicionais e história institucional; apenas seu objeto era pouco usual.

.....
[Hobsbawn observa que não faz] estas observações com a intenção de diminuir o valor destes trabalhos, alguns dos quais de fato marcaram época, mas para realçar a diferença entre um e outro tipo de história operária. [...] O caráter acadêmico cada vez mais acentuado da história operária corrigiu algumas das tendências da história tradicional, ao passo que a mudança da conjuntura política na esquerda corrigiu outras. Obter hoje um título de PhD implica uma competência em pesquisa e uma capacidade de se embrenhar através de extensa bibliografia de várias tendências, que simplesmente não eram obrigatórias nos velhos tempos e que ex-

põem o escritor a críticas muito mais diversificadas. [...] Mitos históricos tradicionais estão hoje mais fracos em muitos movimentos operários e, conseqüentemente, são defendidos com menos compromisso emocional, exceto quando ainda estão na memória dos vivos. [...] Tais movimentos estão cada vez mais preocupados com as bases tanto quanto com os líderes, com os não sindicalizados tanto como os sindicalizados, [...] em resumo, mais com a classe do que com movimento ou com o partido. Isto é bom.

Ricardo Falcon faz uma apreciação semelhante para a historiografia do movimento operário argentino, cujos termos sigo muito de perto.

Observa Falcon que tal historiografia inicialmente foi o produto de “historiadores militantes”, que não só estavam interessados em dirimir questões políticas e ideológicas pendentes do passado, mas que repercutiam no tempo em que escreviam, senão, às vezes, fazer ajustes de contas pessoais, na medida em que todos haviam sido protagonistas privilegiados dos fatos que historiavam. Esta produção teve em conseqüência algumas características salientes: apresentava sempre um caráter polêmico; grande parte do esforço literário estava voltado a registrar feitos heróicos e, portanto, os eventos, quer dizer as greves, as repressões violentas, os congressos na clandestinidade adquiriam dimensão importante. Também os animava a crença de que a classe era objetivamente revolucionária e, portanto, os fracassos só podiam ser explicados em termos de erros e traições. Erro quando se tratava de fazer um balanço das próprias filas; traição se se tratava de analisar as orientações de outras correntes político-sindicais. Em conseqüência, o contexto mais amplo socioeconômico-cultural era geralmente deixado de lado ou ocupava um lugar de pouco destaque nas interpretações tradicionais, muitas vezes reduzidos a índices salariais relacionados com dados de greves.

A partir dos anos 60/70, houve um esforço renovador desta produção, procedente de historiadores e outros cientistas sociais acadêmicos. Mas a preocupação por estudar os fenômenos relativos ao movimento operário estava, de uma maneira ou de outra, vinculada com os avatares políticos da época. Enfim, tratava-se do historiador intelectual-político que se sentia apto tanto para intervir na política como para buscar na história as ansiadas legitimações para seus projetos políticos. Em conclusão, a renovação historiográfica que se realizou nos anos 60/70 caracterizava-se por maior rigor metodológico, mas não ficou isenta de certa preocupação ideológica legitimadora. É claro que Ricardo Falcon não está insinuando a possibilidade de uma história “neutra”, mas quer ape-

nas observar que este tema, particularmente e pelo momento político em que emerge, esteve mais sujeito à ideologização (1993, p. 106-107).

Assim a historiografia do movimento operário acompanhou as diversas opções políticas deste movimento, desde as suas origens. Esta “ideologização” da história, porém, não significa que as contribuições já realizadas sejam desprezíveis desde que este viés seja reconhecido.

O espaço reduzido que a ação subjetiva ocupou na análise

Um segundo aspecto que gostaria de apontar é o viés decorrente do fato de que quando a historiografia estudou o movimento operário pelo ângulo de suas expressões institucionais/organizacionais, em uma análise muito colada às determinações estruturais, deixou pouco espaço para a compreensão do sujeito diante delas, e não levou em conta que existem várias formas de subjetividade distintas daquela que nasce da situação de classe. Além disso, determinadas lógicas não materiais, ou lógicas simbólicas também, passaram despercebidas.

Mesmo quando tratava de analisar sujeitos sociais, estes foram os líderes sindicais, partidários, etc., permanecendo assim a análise dentro da mesma esfera estrutural.

O trabalho de Thompson é por demais conhecido por sua crítica a esta leitura reduzida, de modo que me limito a lembrá-lo acrescentando que o próprio novo conceito de biografia é um sintoma do reconhecimento desta lacuna.²

IDENTIFICAÇÃO DE TEMAS NÃO EXPLORADOS

Ainda que a exemplificação possa ser muito ampliada, para efeitos deste texto me ocorrem quatro temas que creio ficaram lateralizados nas análises tradicionais, embora pudessem estar em seu horizonte, a saber:

a) O primeiro exemplo refere-se a uma abordagem da história operária que, mesmo institucional – e talvez exatamente por isso – se propusesse ultrapassar o âmbito das histórias construídas nos limites dos Estados da Federação, as “histórias regionais” do movimento operário.

A pesquisa acadêmica sobre a história operária brasileira se originou em São Paulo e Rio de Janeiro e não é preciso explicar as razões deste fato. No entanto, houve uma tendência dos pesquisadores estenderem ao “Brasil” o que na verdade correspondeu a Rio e São Paulo. Em

outras palavras, o que era também um estudo regional (embora indubitavelmente da região política e economicamente hegemônica) ganhou impropriamente uma dimensão nacional ou global. Rio de Janeiro e São Paulo foram constituídos como centros definidores de sentido para a história operária do Brasil.

Atualmente, no entanto, o expressivo desenvolvimento da pesquisa da história dos trabalhadores que possuímos regionalmente³ parece desfazer qualquer possibilidade de entendê-la através de um paradigma singular, baseado na situação específica de uma região e excludente da diversidade.

Se, por um lado, uma história operária construída na dimensão regional pode servir para desfazer certos estereótipos sobre o movimento operário brasileiro, por outro, há processos e acontecimentos que, circunscritos à dimensão regional, não conseguem ser significados pelos pesquisadores. Neste caso, a inter-relação dos estudos regionais pode trazer uma melhor compreensão do peso relativo dos mesmos. Não se entenda que estou propondo que se tirem conclusões “nacionais” generalizantes, a partir de temas corretamente restritos ao regional. Há objetos de pesquisa que impõem, efetivamente, a opção pelo trabalho com dimensões regionais, monográfico, verticalizado. Quando me refiro a processos mais globais, isto também não significa buscar uma identidade unitária, pensar na articulação dos estudos regionais como forma de perseguir alguma homogeneização, mas descobrir vínculos múltiplos e perdidos que podem enriquecer o perfil de processos e atores sociais já tão descaracterizados na memória historiográfica.

Existem numerosos indícios provenientes destas pesquisas regionais de que o movimento operário, em várias de suas dimensões, literalmente atravessava as fronteiras estaduais. Assim, congressos, greves, movimentos de solidariedade e causas comuns como denúncias e reivindicações nutriam-se de estímulos provenientes de diferentes pontos do País. Jornais e livros de “literatura social” ou doutrinária circulavam entre os Estados. Circunstâncias tais como perseguições e deportações ou a própria dinâmica da vida daqueles personagens que eram um misto de agitadores-pedagogos-animadores culturais, ou ainda as características profissionais de algumas categorias, determinaram uma intensa mobilidade destes sujeitos através de diferentes locais do País.

Tais estudos, quem sabe, retomariam algumas concepções sobre a história do movimento operário brasileiro, relativizando o peso de alguns centros e redefinindo o significado de certos processos (Petersen, 1995, p. 129-153).

O mesmo se poderia dizer para a atenção muito limitada que a historiografia concedeu às relações internacionais construídas pelo movimento operário nacional.⁴

Como observa Georges Haupt (1985, p. 221-222),

A problemática da dimensão internacional do movimento operário também foi relegada a um plano secundário pelos historiadores. Esta dimensão é cada vez mais relegada à categoria de simples decoração ou limitada a um caminho institucional.

Ora, uma história operária como um todo não pode abandonar este terreno ou reduzi-lo a uma forma onde se despejam os protótipos nacionais. A história internacional do movimento operário é em si uma dimensão essencial, complexa e rica, mas também um modo de abordar a evolução do socialismo.

b) Ainda em relação às omissões da historiografia tradicional dentro do horizonte de sua abordagem, *as próprias relações do movimento sindical com a política institucional foram objeto de poucos estudos:*

Nas raras abordagens sobre a relação sindicatos-partidos, o que é habitualmente considerado é a relação movimento sindical-partidos de esquerda, pois justamente são as relações mais visíveis e perfeitamente identificáveis (apoio às greves, pronunciamentos similares, dupla militância, etc.). Ao contrário, as relações entre os partidos da direita e os sindicatos são dissimuladas, subterrâneas [...] Também a relação com a Igreja é um assunto pouco explorado” (Catanni, 1991, p. 78).

c) *Outro tema pouco explorado, como observa Claudio Batalha, é o sindicalismo reformista na Primeira República. As investigações sobre o movimento operário no Brasil têm dado prioridade ao papel do anarquismo antes dos anos 20 e à consolidação do Partido Comunista no meio sindical no período seguinte, apesar das diferentes interpretações na avaliação dos papéis desempenhados por ambos.*

Assim,

[...] os estudos sobre o movimento operário no Brasil têm dado mostras de uma grande dificuldade para analisar fenômenos como o reformismo operário na primeira república, o chamado sindicalismo amarelo, [...] [sendo que a tese prevalecente] é a da mani-

pulação, por um Estado todo poderoso, de parcelas de um movimento operário caracterizado pela docilidade.

d) Os estudos sobre *a família operária* também são muito escassos. Neste caso, sigo os comentários de Maria Célia Paoli (1992, p. 19-24) que observa, nos trabalhos hoje já clássicos, sobre a formação da classe operária no Brasil,

[...] a ausência de uma tematização explícita sobre suas formas familiares de organização, não obstante haver inúmeras referências sobre a família operária em cada registro do processo que transformou homens, mulheres e crianças em operários industriais e trabalhadores urbanos, desde o fim do século passado. [...] A família operária é uma referência importante na fala dos próprios trabalhadores que hoje rememoram a experiência de proletarização, bem como daqueles que, em cada tempo desse processo, lutaram por melhores condições de vida e de trabalho. É também um ponto presente no discurso sindical e partidário por diferentes que fossem suas orientações políticas. É um ponto de ancoramento do discurso do Estado quando este passa a construir uma legislação sistemática para garantir legalmente certos direitos de cidadania para os trabalhadores. Mas raramente a família operária é uma referência central para se interpretar a própria condição de classe que o capitalismo industrial moldou para seus trabalhadores.

INSPIRAÇÃO QUE PODE RECEBER DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE UMA HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO

A história tradicional do movimento operário tem sido criticada à luz de investigações que se voltaram, via Thompson, para os aspectos culturais, o espaço da experiência no fazer-se da classe, a recuperação dos sujeitos e suas ações, as imperceptíveis mas cruciais práticas e representações informais tanto de dominação como de resistência na vida cotidiana ou, via Foucault, à microfísica do poder, à sociedade disciplinar.

Os temas de interesse da nova historiografia são as impressões subjetivas dos trabalhadores, os vínculos entre as práticas políticas e os discursos políticos, as experiências dos trabalhadores nos locais de trabalho e nos bairros operários, suas formas de apropriação e reinterpretação da cultura da elite, etc.

Georges Haupt (p. 209) lembra que

A partir dos anos sessenta, os debates metodológicos colocam em questão o modo tradicional, convencional, de pensar e abordar a história operária. Os trabalhos fundamentais de E.P. Thompson, Eric Hobsbawm, Roland Trompé, Michele Perrot, só para citar os mais importantes, conseguem tirá-la do quadro estreito da história política e ideológica onde tinha sido confinada, conseguem dar-lhe uma nova orientação, obrigá-la a explorar novos domínios históricos, a abrir-se para campos teóricos mais vastos. A ênfase muda de lugar, a própria problemática muda. A relação entre a história operária e a história social tem, doravante, importância fundamental. Em suma, a história do movimento operário, rejuvenescida, vivificada, está hoje em plena transformação.

As reflexões sobre a história operária, principalmente no caminho de Thompson, podem contribuir para que, sem perder de vista o espaço institucional organizativo, este seja “desmitologizado” e se perceba o quanto as organizações e partidos reivindicam o direito de representar, reconstituir e controlar a memória coletiva do movimento do qual se julgam depositários e legatários. A recuperação de práticas pouco visíveis de dominação e resistência cotidiana são mediações importantes da tradicional entificação da órbita institucional.

Considera-se a história do movimento sindical, por exemplo, como algo mais vasto que a história das *organizações* sindicais propriamente ditas; seu campo de ação se refere tanto às estruturas sociais, econômicas, culturais e mentais em que aquelas operaram, como à sua dinâmica particular. Quer dizer, um complexo conjunto de relações sociais, processos de mudança, propostas de vida e modelos culturais cujo conhecimento configura um pressuposto para compreender a ação do movimento sindical, suas reivindicações e o significado de suas conquistas. Trata-se de descer do “ente” instituição para suas condições de existência. Não se trata de recusar o objeto, mas de produzir um tipo de investigação que coloque manifesto os fatos e circunstâncias que as visões ideologizadas não podiam ver, ou o próprio avanço da reflexão teórica ainda não permitia. Também podemos pensar nesta questão pela ótica de recuperar as diferentes versões a que um fato está sujeito – e não apenas a memória do poder – e construir o acontecido a partir de uma árdua articulação de visões plurais.

Entretanto, é preciso que não se perca de vista que esta notável extensão e aprofundamento do objeto não constitui nenhuma panacéia que

possa “substituir” ou “retificar” de forma inequívoca a historiografia tradicional. Assim, se tomamos a noção de experiência, amplamente incorporada à análise historiográfica, veremos que ela não está isenta de problemas de definição no próprio trabalho de Thompson, conforme criticou Perry Anderson.⁵

Como também pergunta Emilia Viotti da Costa (p. 7),

[...] quais seriam os componentes relevantes da experiência? O local de trabalho, a região de moradia, o sindicato, as lutas operárias, as relações entre os trabalhadores e outras classes sociais, os partidos políticos, as ideologias, a cultura política, os discursos políticos, o mercado de trabalho, a composição da classe trabalhadora, o tamanho das indústrias, as relações entre o Estado e o trabalho, as formas de acumulação de capital, as crises econômicas locais, a recessão mundial, a presença do capital estrangeiro? Não existirá alguma forma de hierarquia entre estas várias experiências, sendo umas mais determinantes que as outras? Como se articulam? Em outras palavras, como se estrutura (constitui) a própria experiência? Se os trabalhadores têm muitas identidades, religião, etnia, partido político, classe, de que maneira a identidade de classe vem a prevalecer sobre outros tipos de identidade?

Apesar dessas observações, é inegável que a história operária estendeu consideravelmente não só seu âmbito e suas fontes como suas referências teórico-metodológicas de análise com esta perspectiva da história social; ela vem contribuindo para o entendimento de aspectos esquecidos da história operária, por assim dizer, “o outro lado da luta de classes”. Mas, como adverte Hobsbawm (p. 27), “[...] isto não significa que os métodos tradicionais estejam esgotados, nem mesmo nos países em que eles prosperaram há muito. (Em países sem uma tradição séria de história operária, ou onde o tema foi fortemente mitificado, o campo de ação ainda é enorme, mesmo para o historiador mais convencional e tradicional.)”

APROXIMAÇÃO COM A ANTROPOLOGIA CULTURAL E COM A SOCIOLOGIA DOS MODOS DE VIDA

A interdisciplinaridade pode ser também importante na renovação dos estudos clássicos sobre o movimento operário. Um exemplo é o tema

dos “*modos de vida*”, que tem produzido uma imensa literatura sociológica, pouco apropriada, no entanto, pela historiografia.

Como aponta Elizabeth Lobo (1992, p. 7-15),

O novo tema unificador -os modos de vida- desloca a ênfase das condições de vida e das práticas político-institucionais da classe operária para as práticas cotidianas e representações, as tradições e trajetórias distintas dos trabalhadores [...] propondo uma abordagem que, na encruzilhada da Sociologia com a História Social e a Antropologia Cultural, resgata a heterogeneidade da formação e experiências diferenciadoras da classe trabalhadora.

.....
O novo na emergência do tema dos modos de vida, especialmente nos estudos sobre as classes trabalhadoras, é não dirigi-los exclusivamente para as práticas político-institucionais ou para as condições e padrões de vida e indicadores sociais, mas enfatizar as práticas cotidianas, as tradições, a diferenciação interna das classes trabalhadoras, suas representações, tanto quanto a ‘internalização subjetiva de suas condições materiais de existência.

Reconhecer a importância da interdisciplinaridade não significa, no meu entender, atribuir-lhe uma dimensão que ela não possui.

Daria matéria para outro estudo a análise das vicissitudes do procedimento interdisciplinar, mas aqui me limito a observar que, se o recurso à inspiração antropológica, à combinação de *insights* antropológicos com a análise histórica é certamente uma forma de ampliar a visão sobre a história operária, não podemos esquecer que entre outros limites está a tendência da antropologia a ignorar a transformação e a dinâmica histórica. Esta foi uma razão da atitude ambivalente de Thompson em relação a ela, pois ao mesmo tempo em que utilizava amplamente as comparações interculturais insistia em que os métodos da antropologia simbólica deviam ser reformulados para levar em conta a transformação histórica, a particularidade contextual, os conflitos de classe e o cuidado empírico.⁶

Também recorro novamente a Hobsbawm (p. 28-29), que faz um comentário muito oportuno sobre outro ângulo desta questão, o da apropriação de conceitos:

A aplicação de novos conceitos, em geral emprestados das ciências sociais, é igualmente perigosa, se não está claro em nossa men-

te o que estamos tentando descobrir ou explicar ou se o leitor prefere o jargão- qual é o nosso modelo. O perigo é ainda maior porque [...] a natureza da profissão acadêmica é tal que estimula a originalidade e o modismo. As formulações mais implausíveis podem ter certeza de estarem incluídas em todas as subseqüentes notas de rodapé e bibliografias, se forem novidades, apesar de serem facilmente descartadas. Para que alguém analise os sindicatos por ofício à luz das discussões antropológicas sobre o parentesco artificial é somente uma questão de tempo, se é que já não se fez isto.

.....

Mas em todos os casos o teste de novos conceitos e idéias não reside no fato de elas serem novidades, ou parecerem interessantes, mas sim que sejam pertinentes às nossas questões básicas. Isto implica saber quais são estas questões [...] e faltou muitas vezes clareza conceitual e metodológica aos historiadores do movimento operário.

CONCLUSÃO

Creio que o tema de minha comunicação expressa uma tendência da nossa historiografia para estabelecer descontinuidades entre sucessivas perspectivas de abordagem de um determinado objeto. No caso do movimento operário, a crítica à história institucional foi acompanhada de um abandono injustificado do tema, que praticamente desapareceu, como se todo o trabalho de investigação antes desenvolvido de repente não tivesse mais sentido ou se a problemática estivesse completamente esgotada.

Assim concluindo, espero ter contribuído para mostrar que os avanços na investigação do movimento operário certamente revelam que ele não se limita às dimensões estruturais/institucionais, e afinal, porque existem homens e mulheres trabalhadores é que podemos pensar em “movimento operário”, “sindicatos”, “partidos” e “greves”. Mas se a história institucional não pode ser isolada da ação dos sujeitos, a recíproca é verdadeira: a dimensão subjetiva, desprovida de seus nexos institucionais e estruturais também constitui uma forma de reducionismo. Como muito bem escreve William Sewel, Jr. (1996, p. 219) ao apresentar seu método para estudar os trabalhadores franceses do século XIX, “A ‘língua do trabalho’ em seu sentido mais amplo não consiste [...] só nas locuções dos trabalhadores ou [...] no discurso teórico sobre o trabalho, senão [...] em toda a gama de organizações institucionais, gestos rituais, práticas de trabalho, métodos de luta, costumes e ações.”

NOTAS

1. Este tema é tratado por Emília Viotti da Costa em seu artigo *Estruturas versus experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. *BIB*, Rio de Janeiro/ANPOCS (29), 1990. p. 3-16.
2. Neste sentido, lembro a dissertação de mestrado em História (UFRGS, 1996) de Benito Bisso Schmidt “*Uma reflexão sobre o gênero biográfico. A trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana*” e o livro de Regina Horta Duarte *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Foscolo* (Campinas, Pontes/UNICAMP, 1991).
3. Bastaria observar as numerosas teses e dissertações que tratam do tema fora do eixo Rio/São Paulo, cujos resumos hoje são facilmente acessíveis graças à preocupação dos Programas em divulgá-las e ao próprio trabalho da ANPUH, através da pesquisa coordenada e publicada pela professora Maria Helena Capelato, *Produção histórica no Brasil 1985-1994*. São Paulo, 1995, 3 v. No mesmo sentido apontam os numerosos artigos publicados e mesmo comunicações apresentadas nos Simpósios Nacionais da ANPUH.
4. VER: ALMEIDA, Paulo Roberto de. O internacionalismo proletário no cone sul. A experiência internacional do sindicalismo brasileiro em princípios do século. *Resgate*, UNICAMP, n. 3, 1991.
5. Exemplo disto são as críticas de culturalismo e de escassa base de dados para sua teoria do fazer-se da classe que lhe faz Perry Anderson em “*Arguments within english Marxism*” (London, 1980) e “*Teoria, política e história. Un debate con E.P. Thompson*” (Madrid, 1986).
6. Ver, neste sentido, o que escreve Susanne Desan em “*Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis*”, p. 69-72. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na primeira república. Ciências Sociais hoje. *Anuário de Antropologia, Política e Sociologia/ANPOCS*, 1990.
- CATANNI, Antônio. David. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: SMC/Palmarina, 1991.
- COSTA, Emília Viotti da. *Estruturas versus experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. *BIB*, Rio de Janeiro/ANPOCS (29), 1990.
- FICO, Carlos. A crise do movimento operário e as “novas” manifestações sociais. *LPH. Revista de História*. Mariana: UFOP. v. 2, n. 1, 1991.
- FALCON, Ricardo. Nuevos rumbos de la historia social argentina. Porto Alegre, *Anos 90*, n. 1:106-107, maio de 1993.

- HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista Brasileira de História*. São Paulo/ANPUH. v. 5, n.10, março/agosto 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, v. 7, n. 14, março/agosto 1987. São Paulo.
- LOBO, Elizabeth de S. Caminhos da sociologia no Brasil. *Revista de Sociologia da USP*, v. 4, n. 1-2, p. 7-15. 1992.
- PAOLI, Maria Célia.. A família operária: notas sobre sua formação no Brasil. *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*, v. 4, n. 1-2, 1992.
- PAOLI, Maria Célia et alii. Pensando a classe operária: os trabalhadores como sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, n. 6:129-149. set. 1983.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre/PPG em História da UFRGS.(3) :129-153. maio de 1995.
- SEWELL JR., W. Work and Revolution in France. In: KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas británicos*. Zaragoza: Prensas Universitarias, 1996.